

# PANORAMA DA AGENDA DA SUSTENTABILIDADE NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR A PARTIR DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

Ingrid Lopes Gonçalves<sup>1</sup>; Marina Kolland Dantas<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2015, durante a Assembleia Geral da ONU, foi aprovado por mais de 190 países, o documento “*Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, o qual consiste no compromisso contemporâneo de medidas para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir de 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridas até 2030 (JACOBI; GIATTI, 2015; ONU, 2015; PADILHA; POMPEU, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam um modelo de desenvolvimento que integre sociedade e planeta, visando erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar prosperidade global (ONU, 2015). Segundo Jacobi e Giatti (2015), os ODS representam um desafio que exige esforços articulados em todas as escalas, desde a superação de paradigmas de desenvolvimento até estratégias para implementação de políticas públicas.

Como signatário da Agenda 2030, o Brasil comprometeu-se a implementar políticas públicas que garantam os 17 ODS em todos os níveis, sendo estas entendidas como decisões governamentais perante um determinado problema social, viabilizadas por programas, projetos e ações que impactam uma dada realidade (SARAVIA, 2006; SECCHI, 2013). Considerando que 55% da população global vive em áreas urbanas (ONU-Habitat, 2022) e que, no Brasil, 87,4% da população (177,5 milhões) reside em cidades (IBGE, 2022), o crescimento urbano amplia os desafios de equilíbrio espacial, social e ambiental (KNIESS et al., 2019), reforçando a necessidade de ações locais para os ODS, já que os impactos ambientais e suas soluções ocorrem predominantemente nas cidades.

Diante desse contexto, o Instituto Cidades Sustentáveis surge com o objetivo de fornecer ferramentas para auxiliar os municípios brasileiros na implementação dos ODS, desenvolvendo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) para monitorar avanços, definir metas e avaliar o desempenho municipal. O acompanhamento

---

<sup>1</sup>Graduanda em Administração Pública pela UNESP, [ingrid.lopes@unesp.br](mailto:ingrid.lopes@unesp.br) ;

<sup>2</sup>Doutora em Administração de Organizações pela USP, [marikolland@gmail.com](mailto:marikolland@gmail.com) ;

dessas ações é crucial para sua efetividade. A própria ONU, ao estruturar os ODS, em comparação a agenda anterior dos Objetivos do Milênio (ODM), propôs um novo modelo de políticas públicas baseado em dados, incluindo um sistema de indicadores para monitoramento (PADILHA; POMPEU, 2019).

Nesse cenário, esse trabalho pretende contribuir para a geração de conhecimento sobre o atendimento da agenda da sustentabilidade nos municípios brasileiros.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo geral deste trabalho é analisar o panorama atual da agenda 2030 do desenvolvimento sustentável nos municípios da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) Tietê-Jacaré a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC - BR). Enquanto objetivo específico, pretende-se com a conclusão da pesquisa, gerar discussões e evidências que possibilitem o aprimoramento das políticas públicas para o alcance da sustentabilidade nos municípios da UGRHI Tietê-Jacaré.

## **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A presente pesquisa possui natureza qualitativa e quanto ao critério da finalidade, pode ser caracterizada como descritiva à medida que teve como propósito identificar e analisar as características de uma determinada situação ou fenômeno (LAKATOS; MARCONI, 2010). Neste caso, os resultados da agenda da sustentabilidade em uma amostra de municípios.

Para atingir o objetivo proposto, os procedimentos metodológicos dividem-se em duas etapas, sendo a primeira baseada na proposta de condução de uma pesquisa bibliográfica para delinear os principais conceitos e atributos relacionados com as cidades sustentáveis e a agenda 2030. A segunda etapa, consiste em discussões preliminares apresentadas na seção 4 do presente resumo expandido, contemplando a coleta e análise de dados secundários provenientes do IDSC - BR.

Os indicadores serão coletados e analisados para a amostra selecionada, por conveniência, dos 34 (trinta e quatro) municípios que fazem parte da UGRHI 13 - Tietê/Jacaré, a saber: Agudos, Araraquara, Arealva, Areiópolis, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Boracéia, Borebi, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Gavião Peixoto, Iacanga, Ibaté, Ibitinga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Itirapina, Jaú, Lençóis

Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê, Nova Europa, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Carlos, São Manuel, Tabatinga, Torrinhã e Trabiju.

O IDSC-BR foi desenvolvido com base na metodologia da SDSN (Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU) e avalia o progresso dos municípios brasileiros em relação aos ODS por meio de 100 indicadores, atribuindo pontuações de 0 a 100 (sendo 100 o desempenho ótimo). A diferença para 100 revela o percentual necessário para alcançar a meta ideal. Os resultados são classificados em cinco faixas: "Muito alto" de 80 a 100, "Alto" de 60 a 79,99, "Médio" de 50 a 59,99, "Baixo" de 40 a 49,99 e "Muito baixo" de 0 a 39,99. Isso significa que a diferença entre a nota de um município e 100 indica, em pontos percentuais, o quanto ainda falta para que ele alcance o desempenho considerado ótimo.

A próxima seção apresenta os resultados iniciais obtidos pelo estudo.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de analisar os municípios da UGRHI 13, observa-se na Tabela 1 a pontuação e a classificação em relação a todos os municípios brasileiros.

Tabela 1 - Pontuação das cidades da UGRHI 13 - Tietê/Jacaré no IDSC-BR

Cidade	Pontuação	Classificação	Cidade	Pontuação	Classificação
Agudos	51,10	1477	Ibitinga	48,84	2112
Araraquara	59,46	126	Igaraçu do Tietê	51,42	1380
Arealva	52,54	1123	Itaju	61,69	39
Areiópolis	52,41	1149	Itapuí	53,01	1019
Bariri	57,74	268	Itirapina	56,28	432
Barra Bonita	55,21	606	Jaú	57,69	278
Bauru	50,71	1594	Lençóis Paulista	60,74	63
Boa Esperança do Sul	51,29	1423	Macatuba	59,93	650
Bocaina	55,95	486	Mineiros do Tietê	60,47	69
Boracéia	61,26	49	Nova Europa	56,63	398
Borebi	54,77	672	Pederneiras	55,91	493

Brotas	57,66	280	Ribeirão Bonito	47,85	2396
Dois Córregos	55,73	518	São Carlos	57,8	261
Dourado	53,23	979	São Manuel	60,6	65
Gavião Peixoto	56,95	354	Tabatinga	52,95	1036
Iacanga	57,6	288	Torrinha	54,38	744
Ibaté	54,06	806	Trabiju	56,16	454

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), 2024.

Primeiramente, constata-se pela Tabela 1, corroborada pelo cálculo das medidas de tendência central expostas na Tabela 2, a predominância do desempenho mediano no indicador de sustentabilidade na região analisada, sendo que 26 municípios encontram-se com uma pontuação entre 50 a 59,99, o que representa 76,47% do total da UGRHI. Complementarmente, verifica-se que não há nenhum município categorizado no limite inferior (desempenho “Muito baixo”) ou superior (desempenho “Muito alto”), sendo que os dados estão menos dispersos, conforme desvio padrão dado pela Tabela 2. Também é possível perceber que 3 cidades estão no nível baixo (8,82%) e 5 no nível alto (14,71%).

Tabela 2 - Estatística descritiva do IDSC-BR - 2024

Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
47,85	61,69	55,59	55,93	3,62

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), 2024.

Em síntese, os resultados mostram que há um padrão intermediário predominante de atendimento da agenda da sustentabilidade na UGRHI-13. Entretanto, apesar desta característica, é relevante considerar que existem disparidades no desempenho municipal, com pontuações variando de 47,85 (Ribeirão Bonito) a 61,69 (Itaju), que ocupam, respectivamente a classificação 2396 e 39, a nível nacional, demonstrando heterogeneidade na implementação dos ODS. Essas divergências, demandam aprofundamento das análises para discussão sobre políticas focalizadas efetivas, reforçando a importância do IDSC-BR como ferramenta de monitoramento baseado em evidências (PADILHA; POMPEU, 2019) e a necessidade de cooperação intermunicipal para avançar nos ODS.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo encontra-se em fase inicial de desenvolvimento, com análises de caráter exploratório que demandam aprofundamento para consolidar as discussões em relação aos objetivos propostos. As limitações metodológicas referem-se à utilização exclusiva de dados secundários do IDSC, o que restringe a avaliação da sustentabilidade dos municípios. Para finalizar, a pesquisa busca fomentar discussões acadêmicas e gerenciais, contribuindo para o debate sobre políticas públicas alinhadas à Agenda 2030, pauta fundamental para assegurar qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Recomenda-se a expansão da investigação com fontes primárias e atualização constante dos dados para ampliar a robustez das análises.

## REFERÊNCIAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- JACOBI, P. R.; GIATTI, L. L. A ambivalência do desenvolvimento e a busca de novas vias para a sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2015.
- KNISS, C. T. et al. Inovação urbana e recursos humanos para gestão de cidades sustentáveis. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 119-136, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. **Fundamentos da metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- PADILHA, N. S.; POMPEU, G. V. M. Retrocessos nas políticas ambientais brasileiras e as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável: estratégias e indicadores para implementação do estado de direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, v. 96, p. 139-168, 2019.
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. cap. 1. p. 21-42.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SOTTO, D. et al. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 61-80, 2019.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **World cities report 2022: envisaging the future of cities**. United Nations Research Institute for Social Development, 2022. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3984713?v=pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2025.